Re: Divulgação Indevida de Conteúdos Relacionados com Instrumento Psicológico Protegido



De Pedro Almeida Vieira - Página Um <pavieira@paginaum.pt>

Para Machado, Magda <magda.machado@hogrefe.pt>

Data 2025-11-10 22:20

Prioridade Muito alta

Exma. Senhora Magda Machado

Para mim, não chegou ao limite útil por uma razão muito simples: V. Exª, ameaçou-me e até invocou, para me pressionar, um suposto acórdão, cujo conteúdo até cita uma passagem - mas o acórdão nem sequer existe.

Veio depois V. Ex.ª corrigir, indicando outro acórdão - onde a tal passagem obviamente não existe -, sendo que esse acórdão, ao invés do que referia, em nada se opõe ao acesso nem à divulgação do inquérito (pelo contrário), mas tão-só à grelha de interpretação.

Mantenho que o teor das suas mensagens foi uma tentativa ilegítima de pressão à liberdade de imprensa - e que as ameaças de processo judicial são intoleráveis num Estado democrático -, algo que eu não tolero como jornalista.

Sou eu que encerrarei este lamentável episódio se V.Ex.ª se dignar fazer-me um pedido de desculpas. De contrário, detalharei este lamentável episódio de SLAPP no PÁGINA UM e comunicarei às instâncias adequadas.

Cumprimentos.

Pedro Almeida Vieira

A 2025-11-10 20:29, Machado, Magda escreveu:

Exmo. Senhor Pedro Almeida Vieira,

Considero que esta troca de comunicações chegou ao seu limite útil. A posição da Editora Hogrefe, Lda. foi expressa com clareza, fundamentação legal e respeito institucional, e não pretendo continuar um diálogo que, neste momento, não contribuirá para a resolução do problema.

Permita-me, ainda assim, corrigir um ponto factual: o acórdão que referi corresponde ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo n.º 2006/18.4BELSB, publicado no _Diário da República_ n.º 1/2020.

6

https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/acordao-supremo-tribunal-administrativo/1-2020-127957591

A publicação que realizou configura uma violação direta do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, e poderá configurar crime de usurpação, nos termos do artigo 195.º do Código Penal. A referência a versões disponíveis online — como a versão espanhola — não legitima a sua reprodução ou divulgação, especialmente quando se trata de conteúdos protegidos por contrato editorial e por legislação internacional.

Face à gravidade da situação, já estabeleci contacto com o departamento jurídico da Hogrefe Alemanha, com quem irei analisar diretamente os danos causados à integridade e comercialização do instrumento e necessidade de comunicar formalmente os factos ao à PAR Inc. Reitero que esta comunicação não visa limitar o direito à informação, mas sim proteger a integridade científica e legal de um instrumento técnico cuja divulgação pública está expressamente vedada por lei.

Cumprimentos,

Magda Machado

General Manager

magda.machado@hogrefe.pt [1]

Tel. + 351 21 246 21 62 (Chamada para a rede fixa nacional)

Mobile +351 93 110 14 13 (Chamada para a rede móvel nacional)

Editora Hogrefe, Lda.

Rua Mário de Azevedo Gomes, 4a

1500-467 Lisboa

Tel.: + 351 21 246 21 60 (Chamada para a rede fixa nacional)

www.hogrefe.pt [2]

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem, assim como qualquer ficheiro que esteja anexo, podem incluir informação confidencial e são dirigidos exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s). A legislação em vigor proíbe expressamente o uso, a divulgação ou cópia do conteúdo desta mensagem por outro(s) que não o(s) seu(s) destinatário(s), sem autorização prévia. Caso não seja o destinatário desta mensagem ou a tenha recebido por engano, solicitamos que não faça qualquer uso do respetivo conteúdo, que proceda à sua destruição e que informe o remetente.

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: A segurança da transmissão de informação por via eletrónica não pode ser assegurada pelo que remetente, não obstante os nossos esforços nesse sentido. Como tal, o remetente não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de afetar a sua integridade.

CONFIDENTIALITY NOTICE: This message and the attached files (if any), may include confidential information and are intended exclusively for its recipient(s). Legislation forbids the use, disclosure or copy of the information by other(s) than the recipient(s). If you are not the intended recipient or if this message has been addressed to you in error, you are kindly requested to proceed to the deletion of the

```
message, thereby notitying the sender.
DISCLAIMER: Full security of the email cannot be ensured as, despite
our efforts, the data included in emails could be infected,
intercepted, or corrupted. Therefore, the sender does not accept
liability for any issue that might affect the integrity of the
message.
----Original Message----
From: Pedro Almeida Vieira - Página Um <pavieira@paginaum.pt>
Sent: 10 de novembro de 2025 20:09
To: Machado, Magda < magda.machado@hogrefe.pt >
Subject: Re: Divulgação Indevida de Conteúdos Relacionados com
Instrumento Psicológico Protegido
Importance: High
Exma. Senhora Magda Machado:
Julgo que está a ir longe de mais. E como tal, as suas ameaças
constituem uma ilegítima e ilegal tentativa de limitação da
liberdade de imprensa, e uma intolerável tentativa de coerção,
sobre a qual tomarei as devidas medidas se V. Exª. não colocar,
desde já, um ponto final sobre este assunto.
Reitero o interesse público na divulgação da informação e dos
detalhes do teste em causa, uma vez que aquilo que está em causa é a
adequabilidade deste teste no contexto da selecção de candidatos ao
CEJ, pelo que o conhecimento integral é relevante. Aliás, a versão
em espanhol pode ser encontrada online ( <a href="https://archive.ph/wip/aX6B8">https://archive.ph/wip/aX6B8</a>
[3]).
Não encontro o Acórdão referido.
Cumprimentos.
Pedro Almeida Vieira
A 2025-11-10 19:03, Machado, Magda escreveu:
Exmo. Senhor Pedro Almeida Vieira,
Agradeço a sua resposta e volto a escrever-lhe com o intuito de
clarificar, de forma definitiva, os pontos essenciais que têm sido
 objeto de equívoco.
1. A versão oficial do PAI é protegida e não pode ser divulgada
sejam os itens definitivos da versão oficial, sejam itens objeto de
tradução direta da versão espanhola
A versão portuguesa do PAI utilizada no processo de seleção do
versão oficial, licenciada pela Psychological Assessment Resources,
Inc. (PAR Inc.) e publicada exclusivamente pela Editora Hogrefe,
Lda.
Esta versão está protegida por direitos de autor e a sua
divulgação
pública está legalmente vedada, mesmo quando administrada por uma
entidade pública.
 A alegação de que a editora "se recusa a disponibilizar a
```

13/11/25, 01:33 Roundcube Webmail :: Re: Divulgação Indevida de Conteúdos Relacionados com Instrumento Psicológico Protegido versão oficial" ignora o enquadramento legal que protege este tipo de instrumentos. A não divulgação não decorre de falta de transparência, mas sim do cumprimento rigoroso da legislação nacional e internacional em matéria de propriedade intelectual. 2. Jurisprudência que confirma a proteção legal Permita-me referir o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 2020, que estabelece jurisprudência clara sobre esta matéria. O STA decidiu que: _"A divulgação pública de instrumentos de avaliação psicológica, mesmo quando utilizados por entidades públicas, está vedada por força proteção conferida pelos direitos de autor, não sendo admissível o seu acesso ao abrigo da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos."_ (Acórdão STA, Processo n.º 01463/18.6BELSB, de 2020) Este acórdão confirma que a proteção legal prevalece sobre o princípio de acesso, precisamente para salvaguardar a validade científica e a integridade dos instrumentos. 3. A divulgação dos 344 itens configura infração legal A publicação integral dos 344 itens do PAI — cuja origem não foi validada e que não corresponde à versão oficial — constitui uma violação grave dos direitos de autor, nos termos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, e poderá configurar crime de

usurpação, previsto no artigo 195.º do Código Penal.

A exposição pública de itens de avaliação psicológica

compromete a

validade do instrumento, prejudica a sua utilização por

profissionais

qualificados e representa um risco ético e técnico reconhecido
internacionalmente.
4. Solicitação formal
Solicitamos, por isso, que se abstenha de divulgar os conteúdos
referidos, sob pena de serem acionados os mecanismos legais
adequados,
incluindo:
* Comunicação formal à entidade detentora dos
direitos (PAR Inc.);
* Participação junto da Inspeção-Geral das
Atividades Culturais
(IGAC);
* Ação judicial por violação de direitos de autor e
responsabilidade
T esponsabilituade
civil por danos causados.
Reiteramos que esta comunicação não visa limitar o direito à
informação, mas sim proteger os direitos legais e científicos
associados a um instrumento técnico cuja utilização está sujeita
a
normas rigorosas e específicas.
Cumprimentos,
Magda Machado
General Manager
General Fininger
magda.machado@hogrefe.pt [1]
Editora Hogrefe, Lda.
Rua Mário de Azevedo Gomes, 4a
1500-467 Lisboa
Tel.: + 351 21 246 21 60 (Chamada para a rede fixa nacional)
www.hogrefe.pt [4] [2]
AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem, assim como qualquer
ficheiro que esteja anexo, podem incluir informação confidencial e
são
dirigidos exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s). A

legislação em vigor proíbe expressamente o uso, a divulgação ou cópia do desta mensagem por outro(s) que não o(s) seu(s) destinatário(s), autorização prévia. Caso não seja o destinatário desta mensagem ou a tenha recebido por engano, solicitamos que não faça qualquer uso do respetivo conteúdo, que proceda à sua destruição e que informe o remetente. LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: A segurança da transmissão de informação por via eletrónica não pode ser assegurada pelo que remetente, não obstante os nossos esforços nesse sentido. Como tal, o remetente não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de afetar a sua integridade. CONFIDENTIALITY NOTICE: This message and the attached files (if any), may include confidential information and are intended exclusively for its recipient(s). Legislation forbids the use, disclosure or copy of the information by other(s) than the recipient(s). If you are not the intended recipient or if this message has been addressed to you in error, you are kindly requested to proceed to the deletion of the message, thereby notifying the sender. DISCLAIMER: Full security of the email cannot be ensured as, despite our efforts, the data included in emails could be infected, intercepted, or corrupted. Therefore, the sender does not accept liability for any issue that might affect the integrity of the message. ----Original Message----From: Pedro Almeida Vieira - Página Um pavieira@paginaum.pt> Sent: 10 de novembro de 2025 18:48 To: Machado, Magda <<u>magda.machado@hogrefe.pt</u>> Subject: Re: Divulgação Indevida de Conteúdos Relacionados com Instrumento Psicológico Protegido Importance: High Fxma. Senhora Magda Machado.

13/11/25, 01:33 Roundcube Webmail :: Re: Divulgação Indevida de Conteúdos Relacionados com Instrumento Psicológico Protegido Agradeço o seu contacto, mas permita-me clarificar o ponto essencial da sua comunicação. De acordo com o que refere, a versão que publiquei "não corresponde à versão oficial utilizada no processo de seleção do CEJ". Todavia, como a editora se recusa a disponibilizar essa versão oficial — nem sequer para simples verificação comparativa —, torna-se impossível comprovar o que alega. Assim, o ónus da prova sobre a existência e o conteúdo da "versão oficial" não recai sobre um jornalista (que tem as fontes), mas sobre a própria entidade que detém os direitos de publicação e que invoca uma diferença sem a demonstrar. Além disso, convém referir que, pelo que sei, a V. empresa comercializa a versão em português cuja adaptação foi pelo gerente Think About. Ora, versão não pode ser muito diferente quer da versão original quer versão em espanhol, que também tenho. A transparência num processo de recrutamento público exige que qualquer instrumento de avaliação aplicado seja passível de escrutínio público, nomeadamente quanto à sua natureza, validade e conformidade com as normas legais. Se o Centro de Estudos Judiciários utilizou um instrumento protegido por direitos de autor, é a própria Administração Pública — e, por extensão, a editora licenciada — que deve assegurar que essa utilização é legal e verificável. Aliás, ao abrigo da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, o simples facto de esse inquérito estar na posse de uma entidade pública

concede o direito de acesso - e isto sem prejuízo do escrutínio.	
Oursets No. 11 Company to 11 C	
Quanto às referências ao "rigor jornalístico", esclareço que	
a experience of the control of the c	
publicação de excertos de documentos cuja autenticidade foi	
verificada	
não constitui, em si, qualquer violação ética ou legal, sendo	
plenamente coberta pelo artigo 7.º da Lei de Imprensa, que consagra	
0	
direito dos jornalistas a divulgar factos de interesse público. A	
opacidade, e não a informação, é que compromete a confiança das	
instituições.	
Por conseguinte, reitero: enquanto não for facultada a versão	
oficial	
OTICIAL	
alegadamente utilizada pelo CEJ, não existe qualquer base para	
afirmar	
que a versão publicada é "não autorizada" ou "indevida".	
Aliás, como	
dentro de breves momentos vamos publicar todas as 344 perguntas do	
inquérito, a V. empresa (ou a Think About ou o CEJ) sempre podem	
indicar então quais as que não correspondem à versão usada.	
Cumprimentos,	
Pedro Almeida Vieira	
A 2025-11-10 17:39, Machado, Magda escreveu:	
Exmo. Senhor Pedro Almeida Vieira,	
Agradeço a sua resposta, que me permite esclarecer alguns pontos	
fundamentais que, infelizmente, parecem não ter sido devidamente	
compreendidos.	
1. A versão divulgada não corresponde à utilizada no processo de	1
	-
selecão	

que levanta sérias reservas quanto à sua proveniência e	
legalidade.	
2. A questão central não é o direito à informação	
Permita-me sublinhar que a nossa comunicação anterior não	
questiona,	
em momento algum, o direito à informação — direito esse que	
respeitamos e consideramos essencial numa sociedade democrática. O	
que	
está em causa é a divulgação pública de itens de um	
instrumento	
de	
avaliação psicológica protegido por direitos de autor, cuja	
partilha	
está legalmente vedada sem autorização expressa do titular	
desses	
direitos.	
A publicação de tais conteúdos, mesmo que parcial ou	
The particular of the contents, means que particul ou	
descontextualizada, compromete a validade do instrumento, prejudica	
a	
sua utilização por profissionais qualificados e pode configurar	
uma	
infração legal, nos termos do Código do Direito de Autor e dos	T

Direitos Conexos.	
3. Responsabilidade ética e rigor informativo	
A divulgação de materiais técnicos especializados exige um	
cuidado	
redobrado, tanto do ponto de vista ético como científico. A	
ausência	
аизенста	
de verificação da origem e da natureza dos conteúdos publicados	
revela	
uma preocupante falta de rigor jornalístico, sobretudo tratando-se	
J.,	
de	
um tema tão sensível como a avaliação psicológica em contextos	
uni tema tao sensivei como a avaitação psicologica em contextos	
de	
seleção para funções públicas.	
Reiteramos que a nossa comunicação teve como único objetivo	
alertar	
para as implicações legais e éticas da divulgação indevida de	
materiais protegidos, e não pretendeu, em caso algum, condicionar	
a	
liberdade de imprensa. A responsabilidade editorial, contudo, não	
pode	
ser dissociada do respeito pelos direitos de autor e pelas boas	

práticas profissionais.	
Cumprimentos,	
Magda Machado	
	-
General Manager	
	1
words we had a Observation who full	1
magda.machado@hogrefe.pt [1]	
	1
Editora Hogrefe, Lda.	1
	1
Rua Mário de Azevedo Gomes, 4a	
Rua Mário de Azevedo Gomes, 4a	
Rua Mário de Azevedo Gomes, 4a	
Rua Mário de Azevedo Gomes, 4a	
Rua Mário de Azevedo Gomes, 4a	
Rua Mário de Azevedo Gomes, 4a	
1500-467 Lisboa	

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem, assim como qualquer	
ficheiro que esteja anexo, podem incluir informação confidencial	1
e .	
são	
dirigidos exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s). A	
legislação em	
250224440 5	
vigor proíbe expressamente o uso, a divulgação ou cópia do	
conteúdo	
desta mensagem por outro(s) que não o(s) seu(s) destinatário(s),	
sem	
autorização prévia. Caso não seja o destinatário desta	1
mensagem	
ou a	
tenha recebido por engano, solicitamos que não faça qualquer uso	
do	
respetivo conteúdo, que proceda à sua destruição e que informe	
remetente.	
LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: A segurança da transmissão de	
informação por via eletrónica não pode ser assegurada pelo que	
remetente, não obstante os nossos esforços nesse sentido. Como	
tal, o	
remetente não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de	
afetar a sua integridade.	
arecar a Sua Integrituate.	

CONFIDENTIALITY NOTICE: This message and the attached files (if	
any),	
may include confidential information and are intended exclusively	
for	
its recipient(s). Legislation forbids the use, disclosure or copy	
of	
the information by other(s) than the recipient(s). If you are not	
the	
intended recipient or if this message has been addressed to you in	
error, you are kindly requested to proceed to the deletion of the	
message, thereby notifying the sender.	
DICCUATURE Full country of the small country by several country and the small country by several country and the small country and the small country by several country and the small country and the	
DISCLAIMER: Full security of the email cannot be ensured as,	
despite	
our efforts, the data included in emails could be infected,	
our errores, the data included in charge could be interest,	
intercepted, or corrupted. Therefore, the sender does not accept	
liability for any issue that might affect the integrity of the	
message.	
<u>'</u>	
Original Message	
From: Pedro Almeida Vieira - Página Um <pavieira@paginaum.pt></pavieira@paginaum.pt>	
Sent: 10 de novembro de 2025 17:24	

To: Machado, Magda <magda.machado@hogrefe.pt></magda.machado@hogrefe.pt>	
Subject: Re: Divulgação Indevida de Conteúdos Relacionados com	
Instrumento Psicológico Protegido	
Importance: High	
Boa tarde, o direito à informação é um direito consagrado em	
Portugal	
e não estamos a aplicar o PAI nem a comercializá-lo, mas tão só	
а	
remeter a sua aplicação para efeitos de debate sobre a sua	
adequabilidade em contexto de seleção para o CEJ.	
Aliás, gostávamos que nos explica-se melhor a situação de que	
"tratam-se de conteúdos derivados de uma versão não	
autorizada".	
Significa que a Think About e o CEJ não solicitaram autorização	
e	
licença para a aplicação do PAI?	
Ticença para a apricação do tar:	
Agradeço os esclarecimentos.	
Quanto ao solicitado no vosso e-mail, obviamente é, já em si, uma	

exigência que consubstancia uma intolerável tentativa de	
condicionar a	
liberdade de imprensa em Portugal.	
Cumprimentos.	
Pedro Almeida Vieira	
A 2025-11-10 15:26, Machado, Magda escreveu:	
Exmo. Senhor Pedro Almeida Vieira,	
	'
	11
Dirijo-me a si na qualidade de Diretora Geral da Editora Hogrefe,	
	'
Lda., na sequência da notícia publicada no site _Página Um_, da	
sua	
autoria, relativa à avaliação psicológica aplicada no processo	
<u></u>	

seleção de candidatos ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ).	11
	1
	1
	1
Na referida peça são mencionados conteúdos associados ao	
instrumento	
	•
de qualicaão maisolásico DAT . Demonality Associament	
de avaliação psicológica PAI - Personality Assessment	
Inventory,	
Therefore,	
cuja	
versão portuguesa oficial é publicada e comercializada	11
l' e l'action de la company de	-'1
	1
exclusivamente	
pela Editora Hogrefe, Lda., ao abrigo de contrato com a entidade	
L	
	1
detentora dos direitos originais, Psychological Assessment	
Resources.	
://webmail.paginaum.pt/?_task=mail&_safe=0&_uid=4151&_mbox=INBOX.Sent&_action=print&_extwin=1	

13/11/25, 01:33

13/11/25, 01:33

pública. A	
forma como os materiais foram apresentados descontextualizados,	
,	
sem	
enquadramento técnico ou científico revela uma abordagem	
superficial, que ignora por completo os princípios que regem a	
utilização de instrumentos psicológicos.	
	1
A divulgação pública de materiais de avaliação psicológica,	
mesmo que	
não oficiais, pode ter consequências jurídicas sérias, não	
apenas a	

nível nacional, mas também internacional. A Editora Hogrefe,	
Lda.	
	'
reserva-se o direito de informar a entidade detentora dos direitos	1
Preserva-se o direito de informar a encidade decencora dos direitos	
originais, PAR Inc., sobre esta situação, para que esta possa	
avaliar	
os danos causados à integridade e comercialização do	
instrumento	
а	
nível global, e tomar as medidas legais que entender adequadas.	
	
<u>'</u>	
	11
Acreditamos que o jornalismo responsável exige não só rigor na	
apuração dos factos, mas também sensibilidade ética e respeito	1

pelos	
direitos legais associados aos conteúdos que se divulgam. A	
divulgação	
de materiais de avaliação psicológica não é apenas uma	
questão	
учество	
editorial é uma questão de responsabilidade profissional.	
Solicitamos, por isso, que:	
* Seja cessada qualquer divulgação adicional de	
conteúdos	

relacionados com o PAI;	
* Seja considerada a remoção ou correção dos	
Seja considerada a remoção ou correção dos	
conteúdos já publicados;	
* Seja feita uma reflexão sobre os procedimentos de	
verificação	
	7
editorial adotados na produção da peça.	
	1
Cumprimentos,	
	'
	-1
Magda Machado	
	1
L'	

	11
Tel.: + 351 21 246 21 60 (Chamada para a rede fixa nacional)	
<u> </u>	
	11
<u>www.hogrefe.pt</u> [4] [3] [3] [2]	
AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem, assim como qualquer	
ficheiro que esteja anexo, podem incluir informação confidencial	
е	
são	
dirigidos exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s). A	
legislação em	
<u>-</u>	
vigor proíbe expressamente o uso, a divulgação ou cópia do	
vigor proíbe expressamente o uso, a divulgação ou cópia do	

tenha recebido por engano, solicitamos que não faça qualquer uso

respetivo conteúdo, que proceda à sua destruição e que informe

13/11/25, 01:33

conteúdo

sem

mensagem

ou a

do

remetente.

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: A segurança da transmissão de	
	'
informação por via eletrónica não pode ser assegurada pelo que	
remetente, não obstante os nossos esforços nesse sentido. Como	
Pelletente, não obstante os nossos estorços nesse sentido. Como	
[+a] a	
tal, o	
L'	
	11
remetente não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de	
afetar a sua integridade.	
L'	
Laurence and the second	11
CONFIDENTIALITY NOTICE: This message and the attached files (if	
any),	
1	
	1
may include confidential information and are intended exclusively	
may include confidential information and are intended exclusively	
may include confidential information and are intended exclusively	
may include confidential information and are intended exclusively	
may include confidential information and are intended exclusively for	

our efforts, the data included in emails could be infected,

[2] http://www.hogrefe.pt/ [2] [2]

[1] http://webmail.paginaum.pt/magda.machado@hogrefe.pt [1] [1]

pavieira@paginaum.pt

Tm. 961696930

Links:

- [1] http://webmail.paginaum.pt/magda.machado@hogrefe.pt
- [2] http://www.hogrefe.pt/
- [3] https://archive.ph/wip/aX6B8
- [4] http://www.hogrefe.pt
- [5] http://www.paginaum.pt

Pedro Almeida Vieira CP 1786 PÁGINA UM / Director

<u>www.paginaum.pt</u>

pavieira@paginaum.pt

Tm. 961696930